



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - UNIDADE REQUISITANTE:** Divisão de Manutenção e Projetos.

**2 - OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de dobradiças e fechaduras, pelo período de 1 (um) ano.

### **2.1 JUSTIFICATIVA**

A aquisição do material em tela faz-se necessária para reparos das portas de madeira, portas de divisórias e portas tipo corta fogo deste Regional.

Trata-se de fornecimento de materiais comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.

Adotou-se o Ata de Registro de Preços - ARP baseado no art. 3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/2013, que diz que o ARP poderá ser adotado quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A contratação por lote único justifica-se em virtude de alguns dos pregões eletrônicos anteriores terem restado frustrados sob a alegativa, por parte dos licitantes, de que os preços eram inexequíveis. Entendemos que a aquisição em único lote tornaria o valor global mais atrativo e evitaria a repetição do certame para os itens eventualmente frustrados.

Não se aplicam os critérios de sustentabilidade.

Será vedada a adesão a aludida Ata de Registro de Preços a qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, pois os quantitativos estimados foram baseados nos chamados anteriores da Divisão de Manutenção e Projetos, exclusivamente para atender apenas as demandas os reparos das esquadrias das edificações do Tribunal da 7ª Região na Capital e nas suas unidades do Interior do Estado

### **3 - DADOS COMPLEMENTARES:**

**3.1 PROPOSTA DE PREÇOS:** No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

**3.2 PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA:** O material deverá ser entregue, a cada solicitação de fornecimento, em até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho. Serão devolvidos e em 05 (cinco) dias repostos pelo Contratado, o material que apresentar defeitos imediatos.

#### **3.3 HABILITAÇÃO**

**3.3.1** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

a) cumprimento do dispositivo no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Nº 9.854/99;



---

b) habilitação jurídica;

c) regularidade fiscal e trabalhista;

Para fins de **Habilitação Jurídica** será necessário:

**3.3.1.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**3.3.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**3.3.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

**3.3.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**3.3.2** Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

**3.3.2.1** Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Estadual.

**3.3.2.2.** Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**3.3.2.3.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**3.4 LOCAL, HORÁRIO e DIAS DA ENTREGA DO MATERIAL:** O Material deverá ser entregue, a cada solicitação de fornecimento, na Rua Vicente Leite, 1281, Aldeota, Anexo II, 1º andar, Fortaleza - CE, na Divisão de Manutenção e Projetos do TRT, no horário de 8:00 às 14:00 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

**3.5 PRAZO DE RECEBIMENTO DO MATERIAL:** O objeto será recebido, a cada solicitação de fornecimento:

**3.5.1 Provisoriamente**, imediatamente após a entrega do material, acompanhado da Nota Fiscal;

**3.5.2 Definitivamente**, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do material com condições estabelecidas neste termo.

**3.6 FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado a cada solicitação de fornecimento, na conta bancária fornecida pela empresa, em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento definitivo, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade perante a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União e INSS), **Fazenda Estadual**, com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, bem como a regularidade trabalhista, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

**4. DO PREÇO E O CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS UNITÁRIOS E QUANTIDADES MÍNIMAS:** Os preços unitários apresentados pelos licitantes deverão incluir todas as despesas necessárias ao perfeito fornecimento das mercadorias, incluindo-se os deslocamentos e fretes necessários à sua chegada ao Tribunal.



---

## 5.DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**5.1** A Gestão da contratação caberá ao Diretor da Divisão de Manutenção e Projetos – **Gustavo Daniel Gesteira Monteiro**, no impedimento e afastamento legal deste, suas funções serão desempenhadas pelo seu substituto automático, o servidor **Paulo Brasileiro Pires Freire** e a Fiscalização do Contrato para a Divisão de manutenção e Projetos caberá ao servidor, **André Luiz Firmino Gonzaga**. Nos impedimentos e/ou afastamentos legais do fiscal titular, suas funções serão desempenhadas pelo seu substituto, **Rafael Martins Gomes Nascimento**.

**5.2** A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**5.3** Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**5.4** Ao(s) fiscal(is) do contrato competirá: administrar a execução do mesmo, atestar a respectiva nota fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser comunicadas, em tempo oportuno, ao Diretor da Divisão de Manutenção e Projetos e/ou à Administração, para a adoção das medidas que esta julgar convenientes. A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**5.5** As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados pelos fiscais do contrato, através dos telefones 3388-9386 (TRT).

## 6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**6.1** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação por escrito) preposto responsável e substituto eventual para representar a Contratada durante o prazo de execução do contrato;

**6.2** Entregar o material nas quantidades, forma, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência;

**6.3** Entregar os materiais em suas respectivas embalagens originais apropriadas para o armazenamento;

**6.4** Entregar os materiais respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO, em vigor, no que couber;

**6.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**6.6** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao TRT da 7ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



**6.7** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na Licitação;

**6.8** Aceitar os acréscimos ou supressões sobre o objeto do Contrato, nos limites da Lei nº 8.666/93.

## **7 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1** Emitir a Nota de Empenho, a cada solicitação de fornecimento.

**7.2** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

**7.3** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

**7.4** Promover os pagamentos na forma e no prazo estipulados neste Termo de Referência.

## **8 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1** A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços sujeitará a empresa à **multa**, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor do total a ser registrado;

**8.2** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à **multa** de mora, no percentual de **0,1% (um décimo por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitado a 10% do valor a ser fornecido.

**8.3** Além da sanção prevista no **item 8.2**, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

**a) Advertência;**

**b) multa**, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

**c) multa**, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total.

**d) multa**, no percentual de até **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

**8.4** Se o atraso de que trata os itens anteriores ultrapassar o prazo de 10 dias, a Administração poderá entender pela inexecução total do contrato.

**8.5** A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

**8.6** A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

**9 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da assinatura da mesma.

**10 – VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** Conforme anexo.



**10.1.** Os preços estimados, tanto unitário, quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

**11 - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQÜENTES:** Dependerá das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

## **12- DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA;

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2016.

**Engº Civil Paulo Brasileiro Pires Freire**  
Diretor Substituto da Divisão de Manutenção e Projetos